

**POVOS INDÍGENAS NO BRASIL**

FONTE : Journal da Tarde

CLASS. : 362

DATA : 10 09 87

PG. : \_\_\_\_\_

# Índios

*Opinião do vice-presidente da CPI que estuda a atuação da Igreja na Amazônia: nada favorável ao Cimi.*

O vice-presidente da CPI que investiga as denúncias contra a atuação do Conselho Indigenista Missionário da Região Amazônica, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), disse ontem que não obstante ser católico e respeitar o papel da Igreja no Brasil, considera "gravíssimo" o quadro descrito nas reportagens do jornal *O Estado de S. Paulo*.

"Não posso admitir" — frisou o parlamentar — "que os índios brasileiros, tão carentes de compreensão e de uma vida digna, sejam usados como bandeira para atender a interesses espúrios e alienígenas, comprometedores da soberania nacional".

Ricardo Fiúza reclamou o não cumprimento da política oficial do governo brasileiro com relação aos indígenas — baseada no Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/73), que tem como objetivo principal "a integração harmoniosa das comunidades indígenas à comunhão nacional" — enquanto o Cimi, ao contrário, defende o isolamento das comunidades indígenas segundo suas etnias e assume postura crítica à política governamental.

Na opinião do deputado liberal, "as leis existem para serem cumpridas, caso contrário feche-se o Congresso e suprima-se a Constituição". Mais: "os estrangeiros que integram os quadros do Cimi — e são muitos — deveriam ser os primeiros a respeitar nossas leis como condição básica para aqui

viverem". O isolacionismo das etnias foi considerado "utópico", pelo deputado, segundo quem "mais de 95% dos índios encontram-se em processo de integração".

Ricardo Fiúza acusou os missionários ligados ao Cimi de confundir os índios "pois a salvação das comunidades indígenas passa pela sua integração". O deputado por Pernambuco insistiu não ser possível compactuar com "teorias alienígenas" que venham a colocar em risco a unidade do País.

Ele advertiu que a teoria da "Amazônia-pulmão-do-mundo" caiu por terra ao se provar cientificamente, que o oxigênio gerado na região é por ela consumido. Para Fiúza, o desenvolvimento correto da Amazônia, respeitado seu sensível macrossistema ecológico, certamente produzirá os recursos necessários para o Brasil resolver seus problemas sociais e compromissos externos. Disse, ainda que a consciência que o mundo tem dessas realidades, sobretudo os países desenvolvidos, "leva a retórica da Amazônia — Patrimônio-da-humanidade, quando em realidade, é patrimônio do Brasil e dos brasileiros".

## Comodismo

"É extremamente cômodo para os países ricos, ao sentirem exauridas suas riquezas naturais, elegerem uma região, cientificamente e economicamente atraente, e defenderem a tese de sua internacionalização. A estratégia dos inimigos do Brasil é velada", insistiu o deputado Ricardo Fiúza. "Defende-se a intocabilidade da Amazônia sob o pretexto de que não somos suficientemente competentes para promovermos seu desenvolvimento. É fácil" — continuou — "constatar que a criação de extensas áreas indígenas é um caminho simples para implementar estes propósitos, sobretudo quando se atribui ao índio a posse do subsolo".

Para o deputado, a condição antropológica, a população, os costumes e o estágio da aculturação são os principais parâmetros balizadores das terras indígenas. Já a introdução de outros parâmetros, "políticos", constitui a principal fonte geradora de conflitos.

Ricardo Fiúza sustentou que com uma população de 200 mil indígenas em diversos estágios de acultramento, em áreas que atingem cerca de 14% do território nacional, "não se concebe que deixe de haver um clima harmonioso para a integração do índio à comunhão nacional". Quanto ao problema do bem-estar do índio e de suas carências, o deputado lembrou que, em média, ele não é menos carente que o quadro social brasileiro em seu conjunto, onde 10 milhões de trabalhadores sobrevivem com

menos de meio salário mínimo e os menores abandonados chegam a 7 milhões.

O deputado sustentou que a teoria isolacionista, a caracterização da sociedade brasileira como pluriétnica, as nações indígenas como pessoas jurídicas de direito público interno, a concessão do subsolo aos índios com a discriminação de outros nacionais — teses defendidas pelo Cimi — levam, efetivamente, ao conceito de soberania restrita, que dele merecem a mesma qualificação do ministro da Justiça, Paulo Brossard: "Desavergonhadamente anti-brasileiro".

O vice-presidente da CPI que investiga as atividades do Cimi disse que a expansão das fronteiras econômicas tornou o quadro fundiário mais complexo, na região amazônica, mas insistiu em que o direito de propriedade, no Brasil, é tão sagrado quanto o direito dos indígenas. Fiúza reconheceu que a mineração em terras indígenas merece um exame cuidadoso por parte da CPI. Ele lembrou que por razões que também devem ser analisadas com atenção, as áreas indígenas cresceram onde surgiram jazidas minerais, e ainda há a proposta do Cimi na Constituinte atribuindo o subsolo das terras indígenas aos índios.

"Como querem que o Brasil se desenvolva sem a exploração de suas riquezas?", perguntou Ricardo Fiúza. E acrescentou: "O interessante é que os índios desejam a

exploração de minérios em suas terras". Segundo ele, o líder índio Edgard Fernandes Rodrigues, presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, representante de 45 mil índios, por eleição legal e democrática, tem uma posição que merece a atenção da CPI: ele é favorável à exploração de minérios em áreas indígenas, desde que sejam obedecidas certas condições que os beneficiem, de acordo com a política oficial do governo.

Quanto às críticas do Cimi ao Projeto Calha Norte, o vice-presidente da CPI disse que sua implantação possibilitaria à Funai um melhor atendimento às populações indígenas da região com mais de 35 postos sendo beneficiados. E ponderou que os recursos destinados ao projeto são modestos para a sua importância: pouco mais de 1 bilhão de cruzados para aplicação em cinco anos. Ricardo Fiúza é de opinião que "as críticas ao projeto Calha Norte só fazem sentido se partidas de pessoas interessadas em manter vulnerável nossa soberania naquela região".

Além desse aspecto, o deputado lembrou que existem "problemas sérios ligados ao narcotráfico e à ação de guerrilheiros em países vizinhos, próximos de nossas fronteiras, todo isso compondo um quadro francamente favorável à consolidação do Calha Norte".